

Educação e resistência nos escritos das mulheres-autoras na revista *A Violeta*

Dálete Cristiane Silva Heitor de Albuquerque¹  0000-0001-9852-5275

Elizabeth Figueiredo de Sá²  0000-0002-5861-7535

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá, MT,
Brasil. 78005-610 – ensino.cba@ifmt.edu.br

²Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil. 78060-900 –
propg@ufmt.br



Resumo: A imprensa periódica nos anos iniciais do século XX foi um importante espaço de efervescência intelectual e de luta por direitos das mulheres, como educação e voto. Nesse sentido, esta pesquisa se colocou a analisar um projeto de educação existente nos escritos das mulheres-autoras, fruto desse contexto, publicados na revista *A Violeta*, nos anos de 1916 a 1950, compreendendo que, mesmo submetidas a uma estrutura hegemônica patriarcal, reverberavam um contexto protofeminista em Mato Grosso. A pesquisa de caráter documental adotou como referencial teórico-metodológico a História Cultural, na perspectiva de Chartier. Os textos analisados evidenciaram um espaço de movimentação política no aparato textual ali disponível, que estabeleciam um discurso em que ora se utilizavam de um feminismo possível e ora resistiam a ele.

Palavras-chave: revista *A Violeta*; protofeminismo; histórias das mulheres.

Education and Resistance in the Writings of Women-Authors in the magazine *A Violeta*

Abstract: The periodical press in the early years of the 20th century was an important space for intellectual effervescence and for the fight for women's rights, such as education and voting. In this sense, this essay/article aims to analyze the education project in [the writings of women-authors/ in female authorship literature/writings] published in the magazine *A Violeta*, during 1916 to 1950, despite being submitted to hegemonic patriarchal structure reverberated in a protofeminist context in Mato Grosso. This documentary essay/article has the Cultural History as a theoretical-methodological reference based on Chartier's perspective. The texts analyzed showed a space of political movement in the textual apparatus available, which established a discourse in which they sometimes used a possible feminism and sometimes resisted to it.

Keywords: *A Violeta* magazine; protofeminism; women's stories.

Educación y Resistencia en los Escritos de Mujeres-Autoras en la revista *A Violeta*

Resumen: La prensa periódica en los primeros años del siglo XX fue un espacio importante de efervescencia intelectual y lucha por derechos de las mujeres, como la educación y el voto. En este sentido, el presente artículo tiene como objetivo analizar un proyecto de educación en los escritos de mujeres-autoras publicados en la revista *A Violeta*, desde 1916 hasta 1950, que, a pesar de estar sometidas a una estructura patriarcal hegemónica, reverberaban un contexto protofeminista en Mato Grosso. La investigación de carácter documental adoptó como referencial teórico-metodológico la Historia Cultural, desde la perspectiva de Chartier. Los textos analizados evidenciaron un espacio de movilización política en el aparato textual allí disponible, estableciendo un discurso en el que a veces se utilizaba un feminismo posible y a veces resistían a él.

Palabras clave: revista *A Violeta*; protofeminismo; historias de mujeres.

Introdução

A primeira metade do século XX, mais precisamente o período de 1916 a 1950, demarca 34 anos de circulação do periódico *A Violeta*, que apresenta uma profícua produção de mulheres-autoras, professoras, cronistas, poetisas, musicistas, mulheres que pertenciam a um estrato privilegiado da sociedade e/ou que estabeleceram uma rede de sociabilidades capaz de fornecer credenciais para circularem em diferentes espaços sociais e culturais na capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá. Mulheres-autoras letradas em um contexto patriarcal disseminador de mitos de feminilidade, maternidade, sendo o casamento como um ideal a ser alcançado para uma vida plena e feliz.

A revista *A Violeta*, como imprensa periódica, constituiu-se como espaço de produção e disseminação de discursos, de encontros do real, do ficcional e fonte narrativa fértil que contribuiu para as representações de seu tempo de circulação. Foi o primeiro periódico mato-grossense para mulheres e escrito por elas. Sua finalidade centrava-se no desejo de “cultivar as letras femininas e patricias”, segundo Yasmin Nadaf (1993), em meio a uma capital considerada atrasada e pouco respeitada por seus cronistas e pelos viajantes que por ela passavam e relatavam o que viam. Ora, certamente motivadas por esse cenário, as associadas do Grêmio Júlia Lopes, órgão responsável pela criação da revista, por meio de seus aportes textuais mensais, ansiavam o “engrandecimento da moral da nossa estremecida terra” (*A Violeta*, 1916, edição n. 1, p. 3).

Assim, compreendendo a importância desse objeto cultural e sua influência na formação de mulheres, esta pesquisa tem por objetivo analisar o projeto de educação inscrito nos textos das mulheres-autoras, publicados na revista *A Violeta* nos anos de 1916 a 1950 que, mesmo submetidas a uma estrutura hegemônica patriarcal, reverberavam um contexto protofeminista em Mato Grosso.

Compreende-se, então, que essas mulheres-autoras conseguiram adentrar em um lugar hegemonicamente masculino, a imprensa periódica, com suas bandeiras de lutas, como: o direito ao voto; o mundo do trabalho e do lar; a emancipação das mulheres pela educação; e permaneceram nesse espaço social de poder e de prestígio, de onde foram reconhecidamente respeitadas por suas trajetórias. Assim, mesmo que submetidas à estrutura social e às redes das quais faziam parte, construíram um espaço de fala, um espaço de resistência e rebeldias.

Nesse caminhar, a revista *A Violeta*, como um dos principais periódicos produzidos na primeira metade do século XX no estado de Mato Grosso, mostrou-se fonte ampla para o desenvolvimento de pesquisas, na medida em que evidencia mulheres-autoras e seus protagonismos na produção de conteúdo para suas leitoras e por propiciarem material para investigações em diferentes campos, com especial atenção aos Estudos Feministas, à História da Educação, aos Estudos Culturais de Gênero e à História das Mulheres.

Importa destacar que, ao pesquisar mulheres e as leituras destinadas para elas nos escritos da imprensa, faz-se necessário um trabalho de mapeamento por vestígios sobre um passado de mulheres, pois, assim como a história muitas vezes tende a silenciar a presença feminina, uma revista feminina pode dar conta de apagar, também, os feitos de suas colaboradoras – seja pela ausência de registros, seja pela desvalorização das contribuições de mulheres (Michelle Perrot, 2005). Para Perrot (2005), a história das mulheres é, em grande parte, uma história do silêncio, sendo necessário um esforço de arqueologia histórica, de modo a evidenciar seus rastros. Assim, as revistas femininas, enquanto produtos culturais, podem funcionar tanto como espaços de expressão, quanto instrumentos de esquecimento, ocultando as vozes e as contribuições de suas colaboradoras, seja pela natureza efêmera dos textos, seja pelos critérios editoriais que privilegiam certos discursos em detrimento de outros. Dessa maneira, mapear tais registros não é apenas um trabalho de recuperação histórica, mas se configura como uma abordagem crítica que questiona os processos de silenciamento e apagamento presentes nas próprias dinâmicas editoriais e discursivas dessas publicações.

Evidencia-se, assim, as relações existentes entre uma história de mulheres e a guarda documental em arquivo. Nesse sentido, no decorrer desta investigação, também, provou-se do que Ana Maria Galvão e Eliana Marta Teixeira Lopes (2010, p. 67) afirmam ao discutirem a escolha das fontes, que uma seleção existe não só por parte do pesquisador, mas que, antecedendo ao seu ofício, “a seleção já foi feita por diversos agentes: aqueles que produziram o material; os que o conservaram ou deixaram rastros de destruição (intencional ou não); aqueles que o organizaram em acervos; e o próprio tempo”.

Considera-se, ainda, também pensar esse silenciamento documental, essa seleção, a partir de Perrot (1992, p. 185), que analisa as condições subalternas vivenciadas pelas mulheres, pois, além de a autora enfatizar a predominância das narrativas masculinas em situações cotidianas e, por consequência, o silenciamento das narrativas femininas presentes na historiografia, acaba por demonstrar a necessidade de se estabelecer, especialmente, recortes de gênero, classe e raça nas análises históricas percebendo, portanto, os entrelaçamentos com

os movimentos e a lógica hierarquizada e desigual firmados pelo sistema patriarcal. A autora afirma que:

O ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligência os sexos. Cultural ou 'mental', ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da "pequena" história, meras coadjuvantes da História! (Perrot, 1992, p. 185).

Dito isso, observou-se nos temas discutidos pelas mulheres-autoras, por meio de crônicas, contos, poemas, conselhos na seção específica para isso, que estas abordavam análises políticas, reivindicações, além de artigos laudatórios sobre a educação de mulheres e a forte convicção de uma pretensa emancipação feminina por meio de uma escola doméstica. Nesse sentido, analisou-se, também, pelo viés da forma como as mulheres-autoras defendiam suas escolhas, seus posicionamentos políticos, pautando-se em estratégias retóricas e que, em certa medida, auxiliam na compreensão do uso das palavras e na constituição de seus discursos na imprensa periódica mato-grossense.

Essa compreensão produz ainda mais a ideia de que a reflexão sobre as representações de um universo feminino, na perspectiva da imprensa especializada, passa por se permitir cogitar a leitura e a interpretação de discursos muito complexos de serem debatidos para época e por mulheres-autoras, posto que elas estavam adentrando e ocupando espaços que eram reservados para homens e abrindo caminhos, possibilidades para narrativas contra-hegemônicas.

A revista *A Violeta* representou um espaço protofeminista que, embora não se constituísse como um dispositivo do feminismo organizado da época, certamente, apresentava resistências, em certa medida, ao que o patriarcado impunha, assim como uma constante busca por maior liberdade e autonomia para as mulheres. Ao mesmo tempo, as páginas da revista serviram como um terreno para disseminação de ideias, ainda que atreladas ao seu tempo. As mulheres-autoras usaram a escrita como ferramenta de resistência, rebeldias e transformação sociocultural na Cuiabá do início do século XX.

Assim, nesta investigação, realizou-se a coleta e a análise documental de sete edições da revista *A Violeta*, dos anos de 1916 a 1950, disponíveis no acervo digitalizado da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional com disponibilidade de consulta on-line, bem como as edições físicas, cuja guarda documental está sob a responsabilidade do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso.

De modo a organizar os procedimentos, o percurso metodológico compreendeu as etapas empírica e analítica, sendo, respectivamente: coleta, seleção e organização dos dados; análise do *corpus* documental, que incluiu todo o aparato textual e imagético da revista.

Por fim, esta pesquisa está organizada em duas seções. Primeiramente, apresenta-se as mulheres-autoras em seus espaços de atuação, na Cuiabá das primeiras décadas do século XX. Na sequência, trata-se sobre a revista *A Violeta* e sua constituição, com especial atenção para os elementos que contribuem para o projeto de educação em que ela se configurou. Mulheres-autoras que evidenciaram uma movimentação política no aparato textual da revista e que estabeleciam um discurso em que ora se utilizavam de um feminismo possível e ora resistiam a ele.

As mulheres em Cuiabá do início do século XX

No início do século XX, Cuiabá era considerada uma cidade tranquila, com construções de adobe pintadas de branco, em sua maioria geminadas; bondes puxados por burros e lâmpadas a óleo de querosene delineavam o panorama rural onde, segundo Maria da Glória Sá Rosa (1990, p. 62), "[...] as pessoas se reuniam nas praças e jardins, acompanhadas ao som das músicas e das retretas. As famílias costumavam se visitar, as festas de aniversário eram celebradas [...] e a população expressava seu fervor religioso nas ruas".

Nesse cenário, com interface entre urbano e rural, as mulheres desempenhavam papéis fundamentais na sociedade. No entanto, o contexto social da época ainda impunha diversas restrições ao gênero feminino, limitando suas possibilidades de participação política e econômica. Elas eram majoritariamente inseridas em um modelo tradicional de família, no qual a figura feminina era vista como a responsável pela administração do lar e pela educação dos filhos. A maternidade e o casamento eram considerados os principais destinos para as mulheres, refletindo a forte influência dos valores católicos na sociedade cuiabana.

Entretanto, muitas mulheres se destacaram por suas participações na sociedade, adentrando nos espaços estranhos ao lar, seja nas agremiações, nos clubes femininos, onde tinham lazer voltado para elas, brincavam o carnaval, praticavam esportes; e seja na imprensa dedicada a elas e produzida por elas, o que, em certa medida, garantia suas existências, suas subjetividades e suas atuações, inclusive nos eventos carnavalescos que compartilhavam

nacionalmente de um calendário social, nessas décadas iniciais republicanas – conquanto que esses eram espaços limitados, constituídos pelo patriarcado, pelas relações de poder nas desigualdades de gênero.

Segundo Linet de Sá Santos (2014), as mulheres da elite da capital desempenhavam um papel significativo na sociedade local, especialmente no campo das letras e das artes.

Algumas mulheres, como Zulmira Canavarros, Maria de Arruda Muller, Dunga Rodrigues, Bernadina Rich, entre tantas outras, impulsionaram iniciativas culturais, educacionais, filantrópicas e sociais na capital, de maneira estruturada, desde o começo do século XX (Santos, 2014, p. 49).

Exemplos disso incluem: o Grupo de Teatro Amador (1909), o Grêmio Júlia Lopes (1916), a Liga das Senhoras Católicas (1925) e o Clube Feminino (1928), com o objetivo de fomentar a recreação, o esporte e a cultura.

Cabe destacar a presença das mulheres no espaço público, tendo em vista que foram atuantes nos círculos sociais cuiabanos e contribuíram na construção do cenário educacional da capital e por onde circularam. Interessa, sobretudo, encontrar as mulheres nas narrativas da imprensa mato-grossense, também, em especial na redação d'*A Violeta* e para compreender o projeto de educação voltado para as mulheres, percebido enquanto materialização das representações das mulheres-autoras.

A revista *A Violeta* foi um impresso cuiabano que entrou em circulação no final do ano de 1916 e encerrou suas atividades em 1959. Ela foi a principal produção do Grêmio Literário "Júlia Lopes de Almeida". Segundo Nadaf, essa agremiação era formada por um grupo de mulheres letradas, normalistas da Escola Normal de Mato Grosso, "[...] que desejavam a instalação de uma agremiação onde pudessem cultivar as 'letras femininas patricias', criada para divulgação de uma revista bimensal" (Nadaf, 1993, p. 23). A revista era mantida pelas sócias contribuintes do Grêmio, bastante heterogêneas em sua composição, que orbitavam em torno de uma elite intelectual privilegiada, "[...] composta de alunas da Escola Normal "Pedro Celestino" de Cuiabá, de professoras e funcionárias públicas, de profissionais liberais, de escritoras, de jornalistas e de musicistas de renomada projeção regional" (Nadaf, 1993, p. 26).

O periódico, cujo objetivo era o "engrandecimento moral da nossa estremecida terra" (*A Violeta*, 1916, edição n. 1, p. 3), estabelecia essa finalidade por meio de diferentes gêneros textuais, como crônicas, cartas, poesias, com conteúdo que proporcionava reflexões voltadas para as relações existentes entre os sujeitos na sociedade em que essas mulheres estavam inseridas, além do papel e do lugar social da mulher.

Além disso, para o Grêmio que a produzia, importava "manter uma revista de publicação bimensal, onde colaborem as suas associadas ou qualquer outra escriptora desde que não trate de questões políticas, religiosas ou animosidades particulares" (*A Violeta*, 1916, edição n. 1, p. 1), isto é, o que as mulheres-autoras fundadoras da publicação tinham em mente era refletir sobre os movimentos da época, suas necessidades. Intentavam discutir seus interesses para educação, cultura, lazer, sociedade e a menção "desde que não trate de questões políticas, religiosas", certamente, estava intimamente ligada às restrições que estavam se impondo em não discutir assuntos que se resumiam ou que estavam direcionados às relações político-partidárias, por entenderem, possivelmente, ser uma temática do universo masculino.

É importante lembrar que, nos primeiros anos do século XX no Brasil e em Cuiabá, já se vivenciava o feminismo de primeira onda.¹ Então, importa pensar o movimento e o acesso que essas mulheres da elite já tinham sobre as lutas por igualdade e emancipação e essa irradiação de diferentes modos na capital mato-grossense, de modo que algumas delas puderam, inclusive, participar, interferir e produzir ideias que eram disseminadas também por meio da imprensa. Nesse sentido, Joan Scott (2002) auxilia a pensar o paradoxo na análise das atuações dessas mulheres que, na medida de seu tempo, enfrentaram o que era estabelecido hegemonicamente, subvertendo, transgredindo, ainda que sem romper com os elementos basilares da manutenção do lar, do que era voltado para a mulher e do que definia suas ações, seus universos.

Pensar a partir do paradoxo auxilia a compreensão do porquê e como a mulher poderia atuar como cronista em uma revista feminina ou poderia circular em um clube feminino voltado para práticas esportivas, por exemplo, mas não poderia exercer o poder cidadão do voto. Esse caminhar está associado ao que Scott (2002, p. 28-29) discute como sendo o paradoxo,

¹ Rachel Soihet (2006) e Margareth Rago (2003) dedicam-se ao estudo dos feminismos e este como um conceito complexo, definido nuclearmente, no entanto, bastante flexível e, por isso, a adoção da palavra no plural, pois envolvem diferentes sujeitos em suas subjetividades, diferentes estratégias possíveis para cada grupo social ao qual está ligado, além de historicidade própria a quaisquer conceitos, que demandam a análise a partir de determinado contexto, povo e cultura. E, apesar do uso do termo em ondas sofrer críticas, adota-se, aqui, como marco temporal para localização da reflexão (SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDUNISC, 2006; RAGO, Margareth. "Os feminismos no Brasil: dos 'anos de chumbo' à era global". *Labrys – Estudos Feministas*, Brasília, n. 3, 2003. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso em 10/12/2024).

como marca “de enfrentamento à tradição, acentuando as diferenças entre ambos” e, assim, esse movimento de enfrentamento análogo às “práticas discursivas de política democrática que igualaram individualidade e masculinidade”, ou seja, o reforço à tradição da existência da mulher em razão do homem. Ele como modelo natural e universal.

Nesse sentido, importa compreender a existência da revista e sua permanência no tempo, na história de mulheres mato-grossenses como um espaço de uma identidade feminina própria, ainda que permeada por contradições. Essa presença revela a complexidade das disputas em torno da educação feminina e da construção de subjetividades femininas em um contexto de consolidação de valores modernos. Assim, a revista não apenas dialogava com os discursos hegemônicos da época, mas também tensionava as fronteiras entre tradição e emancipação, evidenciando como as mulheres se apropriavam desses espaços para reivindicar sua própria voz na sociedade.

A educação feminina defendida pelas mulheres-autoras

A *Violeta* foi um impresso voltado para a formação das mulheres mato-grossenses, preparando-as para as tarefas domésticas, mesmo aquelas que exerciam atividades fora do lar. O cuidado com a família e o lar era amplamente discutido em suas colunas e as autoras defendiam a criação de uma escola doméstica feminina promovendo, assim, uma educação formal e regular para as mulheres.

Em sua primeira edição, *A Violeta* apresentou um artigo intitulado “A educação da Mulher”, escrito pela cronista Maria Dimpina. Ao se considerar que o público-alvo consistia em mulheres alfabetizadas com acesso a periódicos, parece bastante simbólico que esse tema fosse destaque no lançamento da revista e que fosse uma temática recorrente e que atravessasse as diferentes colunas ali existentes. A cronista inicia o artigo com a seguinte epígrafe: “A nação que aspira possuir grandes e virtuosos cidadãos deve começar por ensinar à mulher em que consiste a grandeza e a virtude” (*A Violeta*, 1916, edição n. 1, p. 2). Desde o início, antes de acessar o texto principal de Maria Dimpina, já se percebe que a direção da educação feminina torna a mulher a primeira educadora, constituindo-se como pilar de toda a nação. No texto principal, a autora argumenta que a educação das mulheres é um problema marcadamente importante para a sociedade brasileira, afirmando que “Entre todos os problemas que temos em vista resolver, a educação da mulher ocupa um dos primeiros lugares” (*A Violeta*, 1916, edição n. 1, p. 2).

Na sequência do artigo: “À mulher compete grande responsabilidade na sociedade professora ou mãe, filha, irmã, ou esposa, a ela compete a mais espinhosa das missões humanas a educação dos sentimentos” (*Idem*). O segundo parágrafo, portanto, corrobora a concepção apresentada nos textos anteriores, ressaltando a educação da mulher como um pilar fundamental para a sociedade. Importa pontuar que essa perspectiva enfatiza o papel das mulheres como educadoras responsáveis pelos valores, pelos comportamentos, e a educação dos sentimentos através das gerações. No entanto, essa abordagem ignora aspectos essenciais que possam proporcionar desenvolvimento intelectual e, ainda, emancipação feminina.

Assim, é possível observar a ausência de um conteúdo científico implicando o papel educador da mulher, seja no âmbito do privado, do doméstico, como na escola. Tal concepção está vinculada à noção de um instinto materno, remetendo ao mito da inclinação natural para o cuidado, para a maternidade e a inclinação para os temas da sensibilidade. Essa concepção está vinculada à noção de um instinto natural, que remete ao mito do amor, descrito por Elisabeth Badinter (1985), segundo o qual a mulher possuiria uma inclinação inata para o cuidado, a maternidade e os temas relacionados à sensibilidade. Assim, a formação feminina seria direcionada prioritariamente para o reconhecimento e a valorização dos sentimentos, bem como para o exercício do cuidado com o outro. Nesse sentido, Eliete Huguene de Figueiredo Costa afirma:

Duas observações podem ser feitas em relação ao estilo empregado nesse parágrafo. A primeira diz respeito ao uso dos qualificadores: “grande responsabilidade”; “a mais espinhosa das missões humanas”, associados à sequência sintática “à mulher compete”. Cria-se um efeito de sentido que “aumenta”, “eleva” o peso da participação feminina. [...] A estrutura destacada é “educação dos sentimentos”, objeto de análise do projeto discursivo da autora. Podemos observar que o conteúdo desta sequência está em diálogo convergente com o discurso trazido pela epígrafe, pois ambos apontam qual deve ser a atuação feminina na sociedade. Introduz-se, portanto, a ideia da educação da mulher como condição necessária para a formação dos filhos, dos alunos no âmbito escolar, e para o bem-estar conjugal e familiar, consequentemente, propiciando o desenvolvimento da nação (Costa, 2016, p. 121-122, grifos da autora).

A cronista Maria Dimpina Lobo Duarte destaca a importância de uma educação específica para mulheres e que, historicamente, não é atendida nas escolas tradicionais. Ela argumenta que os currículos e os programas educacionais não contemplavam a formação que seria necessária para atender às particularidades e demandas educacionais das

mulheres. Além disso, a autora não menciona diretamente a inclusão de mulheres em carreiras tradicionais ou no ensino institucional formal. Em vez disso, ela sugere, de maneira genérica, que a responsabilidade por essa educação cabe ao meio social das mulheres, enfatizando a importância da comunidade e do ambiente social na formação educacional feminina. Conforme Maria Dimpina Lobo Duarte:

Não é necessário ser foco de sabedoria para ser educada a par do seu sagrado mister. Qualquer que seja a sua posição na sociedade, desde pequena ella deve ser conduzida ao conhecimento dessa grandeza moral, da qual deve revestir-se, e das virtudes que deve possuir (A *Violeta*, 1916, edição n. 1, p. 2).

Apesar da tentativa de generalização representada, marcada pelo enunciado “Qualquer que seja a sua posição na sociedade”, a análise completa do artigo revela que Duarte escrevia e direcionava seu fôlego para um público específico: as mulheres de elite. Ela escreve, conclamando para que suas leitoras eduquem suas meninas para alcançarem uma verdadeira felicidade que transcenda a riqueza, a beleza e a frivolidade, encontrando-se na correção dos atos, nas virtudes e no compromisso com a pátria. De acordo com Costa (2016, p. 123), “no desenvolvimento de sua argumentação, atém-se ao universo social específico da mulher de classe alta ou elite, focando os valores da riqueza e da beleza, opondo frivolidade à virtude”. Em meio a esse conselho, a cronista apresenta uma mulher que, em algum momento da vida, terá o seu próprio caminho e, ainda, guiará, liderará a sua própria família, destacando, assim, a importância de sua educação. Nas palavras da autora:

Porque deixar crescer uma menina convicta somente que é rica ou bella, descuidosa da sua educação intellectual que a faz mais rica e das virtudes que a faz mais bella? Adomemo-n’as mas não nos descuidamos de fazer-lhes crer que por mais belas ou ricas que sejam, ellas são sempre mulheres, e um dia, quando lhes couber a direção de si mesmas, ou de suas famílias, todos os seus haveres se dissiparão, si não os souberem dirigir e toda a sua felicidade se desmoronará em pouco tempo, si a sua educação não estiver aparelhada de modo a fazel-a virtuosa (A *Violeta*, 1916, edição n. 1, p. 2-3).

Esse excerto, que trata de uma independência feminina, não deve ser interpretado como sinônimo de emancipação ou de anúncio da luta por direitos iguais. Contrariamente, trata-se da concepção de que a mulher pode exercer uma influência positiva em situações que exijam a resolução de problemas e a manutenção do lar e todas as implicações disso no âmbito doméstico. Observa-se o excerto, em tom imperativo e de advertência, de caráter normativo e pedagógico ao enfatizar que, mesmo que uma mulher seja bela ou rica, sua felicidade e segurança podem ser comprometidas, caso ela não possua uma educação sólida, capaz de torná-la virtuosa e apta para administrar sua própria vida e a de sua família. Essa perspectiva reitera representações conservadoras de feminilidade que a vinculam, primordialmente, às funções de esposa e mãe e responsável pelo bem-estar do lar. No entanto, ao destacar a centralidade da importância da educação, o discurso também sugere uma valorização da instrução feminina, ainda que delimitada pelos marcos morais e pelos papéis de gênero predominantes da época.

Nessa primeira metade do século XX, Cuiabá foi palco de uma iniciativa educacional voltada para a educação de mulheres que, embora inseridas nos moldes conservadores da época, trazia movimentos de resistência e transformação social: a criação da tão discutida e idealizada Escola Doméstica. Esse projeto de formação feminina não se restringia apenas à reprodução dos papéis tradicionais, mas se configurou como um espaço de debates sobre a educação das mulheres e seus possíveis desdobramentos. Amplamente divulgada e discutida nas páginas da revista *A Violeta*, essa escola tornou-se um marco na luta das mulheres cuiabanas por reconhecimento e inserção em uma sociedade patriarcal que, historicamente, as relegava à esfera privada.

Compreende-se que, por meio dos estudos acerca de Escolas Domésticas – nas primeiras décadas do século XX –, a emancipação feminina pela educação seria aquela voltada para o lar, para a governança dos espaços restritos aos cuidados com a casa, com a família e a criação moral dos filhos. No entanto, buscou-se, também, nesta seção, evidenciar como a Escola Doméstica Dona Júlia, inaugurada em 1946, constituiu-se como um projeto de educação de mulheres e, longe de ser apenas um lugar de ensino de habilidades domésticas, foi um projeto político e social liderado por mulheres-autoras que desafiaram o que era posto para elas em seu tempo.

Atuante nesse processo, a revista *A Violeta* manifesta uma preocupação recorrente com a educação feminina e as possibilidades de inserção das mulheres em diferentes esferas da sociedade, especialmente no mundo do trabalho. As reflexões nela trazidas sobre a educação feminina são permeadas pelas questões de seu tempo, apresentando os anseios das mulheres da elite, seja nas demandas por espaço na política e no mundo do trabalho, seja na busca pela coerção das mais pobres para a execução de trabalho doméstico.

Aqui importa pontuar, a partir de Ana Maria Marques (2011, p. 14), que

[...] o engajamento das mulheres ao feminismo passava pela ideia de que era preciso profissionalizar outras mulheres para o trabalho doméstico – não se cogitava a divisão de tarefas domésticas com os homens. Aliás, as 'serviçais' bem-preparadas manteriam a casa sem prejuízo ou perda daquela harmonia que 'só as mulheres' podiam trazer ao lar.

Esse engajamento, discutido pela autora, passava pela instituição Escola Doméstica, sendo um dos principais projetos disseminados nas páginas da revista desde o início de sua circulação, além de apadrinhado pela amiga intelectual Júlia Lopes de Almeida. Destaca-se que, em 1919, é publicada uma carta-resposta desta última à “bôa amiga” Maria Dimpina, em agradecimento pelas honrarias recebidas. A intelectual registra a alegria e seu apoio irrestrito ao empreendimento, a fundação de uma instituição de ensino que viria a ser, segundo ela, uma escola “que contribua grandemente para a felicidade futura da família cuyabana” (*A Violeta*, 1930, edição n. 177, p. 1).

Ora, pode-se afirmar que as mulheres-autoras, que lutaram pela implantação da Escola, viam nela uma oportunidade para que conhecimentos práticos cotidianos propiciassem uma administração do lar, assim como

[...] ao fundarmos aqui a Liga pelo Progresso Feminino, na escolha dos fins que eu queria para o meu campo de acção, em uma confiança absoluta na minha boa vontade no poder dos outros, escolhi obter garantias legislativas e praticas para o trabalho feminino. [...] Que haverá de mais útil que lhe dar uma habilidade profissional, um conhecimento pratico e theorico de puericultura, culinária e tantas outras habilitações que constituem um adorno nas mãos delicadas e hábeis da mulher? (*A Violeta*, 1934, edição n. 219, p. 11, grifo da autora).

Segundo a nota, a Escola Doméstica funcionou sob o patrocínio da Legião Brasileira de Assistência, dirigida pela primeira-dama do estado de Mato Grosso (1937-1945), Maria de Arruda Muller, que atuava também à frente do Grêmio Júlia Lopes. A direção da Escola foi confiada a uma das mulheres-autoras, que também lecionava as disciplinas de História, Português e Educação Cívica. As disciplinas de Matemática e Geografia eram ministradas pela professora Senhorinha de Campos; a de Arte Culinária por Alina Maria de Siqueira; Corte e Costura por Ercila Ponce Pimenta; Trabalhos manuais e conserto de roupas usadas por Angelina Torquato; Higiene e Alimentação pela professora Alice Freire e, por fim, a Ordem Doméstica, por Amélia Pereira Leite (*O Estado de Matto-Grosso*, 1946, edição n. 1523, p. 4).

A Violeta não rompia com esses ideais de estrutura patriarcal. Mesmo que, já no início dos anos 30, grupos de mulheres se organizavam por meio de movimentos sociais, de modo a angariar acesso à educação para a mulher, por sua emancipação e o direito ao voto feminino, as qualidades femininas exaltadas eram as do recato, da doçura e, especialmente, a da subserviência.

A mulher-autora que apresenta a resposta indica uma “leitura instructiva, útil e proveitosa [...] especialmente as [...] jovens leitoras”, seu público-alvo de formação para a Escola Doméstica. Para Roger Chartier (2009, p. 96), “com efeito, podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção”, pois o suporte do objeto impresso não é neutro, tão pouco o discurso veiculado por ele. São passos, direcionamentos, um percurso instrucional em que se objetiva um encontro harmonioso entre o mundo do leitor e o mundo do texto, a partir de dispositivos tipográficos que operam o protocolo de leitura impresso pelo autor ao seu leitor modelo, para o caso d’*A Violeta* e para o direcionamento dessa escola ainda idealizada, “desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor quer que esteja” (Chartier, 2009, p. 97).

D. Júlia discute, inclusive, o currículo adequado à aplicação local, enfatizando pensar a Escola Doméstica a ser criada, voltada para “meninas e moças que já tenham conhecimento da instrução primaria e não de uma escola profissional só para meninas pobres, como ha algumas no Brazil”. Ela dá destaque à necessidade da disciplina de Puericultura, “[...] pois que os cuidados dispensados as crianças desde o primeiro dia do seu nascimento são a melhor garantia da sua saúde e da felicidade dos paes”, o que ela acrescenta e, ainda, enfatiza essa importância por um descuido com a primeira infância, e por isso direciona a responsabilidade a quem tem o governo do lar as mulheres e, então, deve-se “insistir em esclarecer nesse sentido as futuras mãis” (*A Violeta*, 1919, edição n. 45, p. 8).

Em edição de 1930 é publicada uma nota apresentando uma carta recebida na redação e o anúncio do encaminhamento de “2 continhos”, de autoria de Júlia Lopes. Na carta escrita de Paris, a autora afirma que, além de receber com estabilidade os exemplares da revista, os lê “sempre com a mais alta satisfação” e, ainda, parabeniza as autoras pela obstinação, pela

constância em manter a publicação, a qual classifica como sendo uma “revista puramente literária” e enfatiza saber as dificuldades para tal que, “[...] para quem conhece os escolhos que tais empresas encontram no nosso paiz, em seu caminho” é, segundo D. Júlia, “verdadeiramente assombrosa! Quanto me sinto feliz por vêr florescer esse exemplo de amor às letras ao trabalho em Cuiabá [...]” (*A Violeta*, 1930, edição n. 176, p. 3). Nota-se o permanente contato entre as autoras, a relação afetiva de amizade, a relação de liberdade e confiança estabelecida pelo tempo de convívio entre elas e que constitui suas redes.

Destaca-se, aqui, a influência de Júlia Lopes de Almeida para as mulheres-autoras da revista e, especialmente, para Maria Dimpina que, percebe-se, tinha não somente admiração e respeito, como também um sentimento de amizade por ela. A admiração era tamanha que, por ocasião da inauguração da Escola Doméstica D. Júlia, em narrativa publicada n’*A Violeta*, Maria Dimpina convida o então Interventor Federal a proceder o ritual de abertura da escola e o faz, do local mencionado no “Livro das Noivas”, da autora que dá nome à Escola e que nele decreta como sendo o lugar da mulher e também por onde a felicidade do homem se estabelece: a cozinha. A cronista diz, então, “Não vos admireis, Snrs, o porquê deste meu gesto. A Cozinha deve ser o salão de honra da mulher. Queremos elevá-la em Cuiabá à altura que ela merece” (*A Violeta*, 1946, edição n. 337, p. 5).

Observa-se a perpetuação de representações baseadas nas diferenças entre homens e mulheres, nos lugares sociais a que são destinados os gêneros – espaço público *versus* espaço privado; a rua *versus* o lar. Essas representações por meio dos discursos que regulamentam, moldam, instruem comportamentos são designadas e reafirmadas, a partir de suas características naturais. O destino de homens e mulheres sendo traçado, delineado desde o ventre materno, a partir de construções culturais que evidenciam pré-conceitos, proliferam uma hierarquização de gêneros já estabelecida, de representações que evidenciam uma supremacia masculina e uma submissão da mulher ao homem, muitas vezes, acredita-se, inconsciente, naturalizada e que demarca os corpos mútuos e os espaços de cada um.

Considerações finais

A revista *A Violeta*, ainda que não se constitua como um dispositivo feminista mato-grossense, certamente, possibilitou que suas cronistas exercessem uma rebeldia sutil ao se posicionarem como mulheres-autoras, ocupando lugares tradicionalmente negados às mulheres. Nesse sentido, compreende-se que a decisão, o atrever-se de criar, produzir e publicar caracteriza-se como o que Perrot (2005) chama de uma revolução silenciosa, pois desafia, em certa medida, o que está instituído, transgride normas que restringiam as mulheres à esfera privada.

A autora analisa e discute como as mulheres foram historicamente silenciadas e como suas formas de resistência e emancipação ocorreram, muitas vezes, de maneira invisível. Ela destaca que, embora as mulheres tenham sido frequentemente excluídas das narrativas históricas, elas encontraram maneiras de registrar suas experiências e resistir às opressões, mesmo que dentro dos limites impostos pela sociedade.

A ideia de que a história das mulheres está permeada por silêncios repercute na trajetória das autoras de *A Violeta* que, mesmo dentro das limitações de sua época, promoveram mudanças ao longo dos seus 34 anos de circulação, por vezes, certamente, imperceptíveis aos olhos de uma sociedade estruturada em valores patriarcais. Também, por serem mulheres de uma elite letrada e econômica, com acesso à educação e a redes de sociabilidades de circulação intelectual, condiciona a sua forma de emancipação que não abarca coletivamente todas as mulheres, mas, sim, aquelas pertencentes à sua mesma classe social. Dessa forma, a liberdade conquistada por essas autoras não se traduziu imediatamente em uma mudança estrutural para as suas leitoras, mas, ainda assim, representou um deslocamento importante das fronteiras do possível para as mulheres daquele período.

Destaca-se que essa atuação e todo o projeto de educação que aquelas mulheres-autoras impunham às suas leitoras insere-se no que pode ser compreendido como um profeminismo, pois antecipa discussões e movimentos sobre o papel da mulher na sociedade e sua capacidade intelectual, ainda que sem propor uma mobilização coletiva ou uma luta explícita por direitos. Essas mulheres-autoras, que vieram antes de nós deste tempo presente, contribuíram como gigantes. Por meio da utilização da metáfora atribuída a Newton e concordando com a ideia de que nossas mulheres se assentam nos ombros de gigantes, a partir dessas mulheres conservadoras essa revolução foi possível, pois abriram caminhos, revelaram lacunas, desconstruíram e construíram novos caminhos.

Aponta-se, assim, um paradoxo importante, a partir da fonte, a saber: ainda que a revista *A Violeta* fosse um espaço onde se tinham mulheres-autoras com um discurso de que elas deveriam ser educadas e preparadas para cuidarem dos seus lares de forma profissional, elas cavaram espaços para que outras viessem e ocupassem novos espaços, de modo a superar a

hegemonia masculina não só na imprensa feminina, na imprensa especializada, mas também na sociedade como um todo.

De outra parte, um segundo paradoxo que emerge nesta discussão é uma pretensa emancipação de gênero atrelada à opressão de classe, que levanta um debate fundamental acerca dos limites das conquistas femininas dentro de um sistema social hierárquico. Nota-se que a luta pelo espaço público e pelo direito à educação e ao trabalho não ocorreu de maneira uniforme entre todas as mulheres, tão pouco para todas elas, mas, sim, beneficiando, principalmente, aquelas pertencentes às classes mais abastadas. Essa emancipação, no lugar de questionar as desigualdades estruturais, as reforçava, tendo o fardo da manutenção da estabilidade no lar e tudo o que significasse isso sobre as mulheres das classes populares.

As mulheres da elite intelectual e econômica, ao reivindicarem sua participação no espaço público, não propunham uma distribuição das responsabilidades de maneira equânime, mas mantinham uma reorganização que perpetuava a divisão de classes. Em outras palavras, para que as mulheres da elite pudessem se dedicar à escrita, à política ou à vida acadêmica, para que pudessem ocupar os postos públicos era necessário, então, que outras mulheres assumissem as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Importa pontuar que a emancipação feminina em certo estrato social acontecia através da exploração das mulheres da classe trabalhadora.

Nesse contexto, a educação das mulheres da classe trabalhadora foi reconfigurada não para ser voltada para sua própria emancipação, mas para capacitá-las a servir melhor às mulheres das classes superiores. A formação de mulheres pobres estava direcionada ao aprimoramento de suas habilidades domésticas e ao aprendizado de normas de conduta que as tornassem empregadas mais eficientes e submissas. Dessa forma, a expansão do espaço público para algumas mulheres não significava uma libertação coletiva, implicava, outrossim, uma transferência de encargos dentro da hierarquia social.

Essa dinâmica evidencia um dilema do feminismo histórico em que as conquistas das mulheres da elite não necessariamente significavam e tão pouco intentavam uma emancipação para todas. Em vez disso, suas autoras concentravam-se em sua própria emancipação como indivíduos, legitimando-se como produtoras de conhecimento e cultura, mas sem necessariamente questionar as barreiras impostas às demais mulheres, sobretudo àquelas pertencentes às camadas populares.

O feminismo liberal do século XIX e início do século XX, ao focar a inserção das mulheres em espaços tradicionalmente masculinos, muitas vezes ignorava as desigualdades que atravessavam as experiências das mulheres de classes populares. Assim, a emancipação conquistada era, na verdade, uma emancipação parcial, que não desafiava a lógica da opressão de classe, mas a reforçava. Nesse sentido, a análise dessa relação entre gênero e classe permite compreender que a luta por direitos deve ser interseccional, levando em consideração as diversas camadas de opressão que afetam as mulheres de diferentes contextos socioeconômicos. Como afirma Scott (1995, p. 86), “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” e, portanto, percebe-se que a emancipação feminina, a partir da autora, não pode ocorrer sem a problematização das estruturas de classe que condicionam as experiências das mulheres, garantindo que a liberdade de umas não se traduza na exploração de outras.

Por fim, *A Violeta* reafirmou e consolidou um projeto educativo e desempenhou um duplo papel quando, ao mesmo tempo que oferecia espaços para que mulheres pudessem expressar suas ideias e ocupar campos historicamente masculinos, sua proposta emancipatória restringia-se a um grupo específico, sem questionar de maneira contundente as desigualdades estruturais que limitavam a maioria das mulheres. O discurso educativo que era ali perpetuado contribuiu, ainda que em um processo silencioso de transformação, não revolucionário no sentido estrito, para o estabelecimento de bases para a ampliação dos debates sobre a mulher na sociedade.

Referências

A VIOLETA. Cuiabá, número 1, 16/11/1916. (Edição não disponível para consulta on-line e, também, não disponível para consultas nos espaços de guarda locais)

A VIOLETA. Cuiabá, número 45, 20/02/1919. (Edição disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

A VIOLETA. Cuiabá, número 219, 25/11/1934. (Edição disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

A VIOLETA. Cuiabá, número 337, 30/11/1946. (Edição disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

A VIOLETA. Cuiabá, número 176, 30/03/1930. (Edição disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CHARTIER, Roger (Org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

COSTA, Eliete Huguene de Figueiredo. *Revista A Violeta: a verbo-visualidade e o entrecruzamento de vozes*. 2016. 290f. Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Território plural: a pesquisa em história da educação*. São Paulo: Ática, 2010.

MARQUES, Ana Maria. "O feminismo nas narrativas de mulheres da revista A Violeta – Cuiabá: 1916-1950". *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 4, n. 1, 2011.

NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor: estudo da revista A Violeta, publicação do Grêmio Literário "Júlia Lopes" – 1916 a 1950*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1993.

O ESTADO DE MATTO-GROSSO. Cuiabá, número 1523, 20/11/1946. (Edição disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2 ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Editora da USC, 2005.

ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1990.

SANTOS, Linet de Sá. *Mulher Mato-grossense na Era Vargas: Educação e Representações*. 2014. 90f. Mestrado em Educação – Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil.

SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução de Elvio A. Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan. "Gênero como categoria de análise histórica". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1995.

Dálete Cristiane Silva Heitor de Albuquerque (dalete.albuquerque@ifmt.edu.br; daletecsh@gmail.com) é doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História da Educação, História das Mulheres, Imprensa Periódica e Tecnologias (LEMMY) do IFMT. Tem interesse nas temáticas da História das Mulheres, Imprensa Periódica, Literatura e História com a Educação. Atualmente é Técnica em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).

Elizabeth Figueiredo de Sá (elizabeth.sa@ufmt.br; elizabethsa1@gmail.com) é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com estágio pós-doutoral pelas Universidades de São Paulo, de Uberlândia e de Coimbra. É professora Associada do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, atua no Programa de Pós-Graduação em Educação – PGE/UFMT e é líder do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória – GEM/UFMT.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

ALBUQUERQUE, Dálete Cristiane Silva Heitor de; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. "Educação e resistência nos escritos das mulheres-autoras na revista *A Violeta*". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e111003, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis em repositório.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 24/02/2026

Aceito em 02/03/2026

EDITORA RESPONSÁVEL

Maria Celi Chaves Vasconcelos  0000-0002-3624-4854

EDITORA CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112